

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.409 - SP (2019/0302757-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES**  
**ADVOGADO : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : EURIPEDES FERNANDES ANTONELLI (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EURIPEDES FERNANDES ANTONELLI no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, no HC n. 2196955-09.2019.8.26.0000, indeferiu o pedido de liminar.

Consta dos autos que, comunicado acerca do flagrante, o Juízo de Tupã/SP converteu a prisão de EURIPEDES em preventiva, pelo suposto crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, pois foi surpreendido na posse de **63,51g (sessenta e três gramas e cinquenta e um centigramas) de cocaína** (e-STJ fl. 30).

Inconformada, a defesa impetrou *writ* com pedido liminar na Corte estadual. O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 3/18).

É o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na hipótese, vislumbro flagrante constrangimento ilegal apto a ensejar o deferimento do pedido emergencial.

Confira-se o que consta da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (e-STJ fls. 30/32):

Os elementos de convicção produzidos até o presente momento demonstram comprovada a materialidade e indícios suficientes de autoria (fls. 03-05 e 17-24). Assim, pelo que se depreende dos autos, mormente se considerando o depoimento de Valdecir, usuário de cocaína, que afirmou que o sachê de cocaína encontrado em seu poder havia sido adquirido de Euripedes momentos antes da abordagem policial, os depoimentos dos policiais militares, as circunstâncias do delito, a confirmação das informações colhidas

acerca da traficância, tenho que fortes são os indícios de que o autuado exerce, em Osvaldo Cruz, o comércio ilegal de drogas, a ensejar, desde agora, a garantia da ordem pública, a qual, restará ameaçada se ele, envolto nesta grave acusação, permanecer em liberdade. A quantidade de droga apreendida é expressiva, e o contexto de sua apreensão, na presença de usuário no local adquirindo entorpecente, e seu fracionamento em diversos sacos plásticos (66), indicam a verossimilhança da afirmativa de que destinada a venda. Portanto, permanecendo em liberdade o autuado poderá colocar em risco a ordem pública. Assim, não há qualquer excepcionalidade a justificar o afastamento da regra do artigo 44 da Lei nº 11.343/06, visto que a análise específica do caso, pautado em elementos concretos e não abstratos, indicam que a permanência do autuado em liberdade constitui forte fator de abalo à ordem pública, visto que, imerso no mundo das drogas, sem atividade lícita, encontraria facilmente condições propícias para prosseguir na mercancia ilícita, no que absolutamente incompatível a fixação de medidas cautelares alternativas à prisão em favor do autuado. [...] O recente entendimento sedimentado pelo C. STF em sede de repercussão geral no sentido de que é inconstitucional a expressão e 'liberdade provisória', constante do caput do artigo 44 da Lei nº 11.343/06 (RE 1.038.925), não altera o convencimento externado, posto que o decreto de prisão preventiva vem pautado em indicativos concretos, extraídos do auto de prisão em flagrante, da necessidade da medida para manutenção da ordem pública. Por conta do exposto, para garantia da ordem pública, CONVERTO a prisão em flagrante de EURIPEDES FERNANDES ANTONELLI em PRISÃO PREVENTIVA, com fulcro nos artigos 310, inciso II, 312 e 313, I, todos do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão.

No caso, embora o Magistrado singular tenha consignado que a quantidade do entorpecente apreendido evidenciaria a gravidade da conduta supostamente praticada, entendo que **63,51g (sessenta e três gramas e cinquenta e um centigramas) de cocaína** (e-STJ fl. 30) não revelam, ao menos em análise superficial, a imperiosidade da custódia cautelar para o resguardo da ordem pública, para a conveniência da instrução processual ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos moldes do que preconiza o art. 312 do CPP.

Entendo, assim, pelo que se tem deste juízo perfunctório dos autos, que a prisão preventiva teria sido decretada sem fundamentação idônea, mormente se considerada a primariedade do paciente.

Assim, ante a plausibilidade da pretensão deduzida nesta insurgência, mostra-se imperioso o deferimento do pedido emergencial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **defiro a liminar** a fim de determinar a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, a serem estabelecidas pelo Juízo de primeira instância, até o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*, ressalvada a possibilidade de o paciente estar preso por outro motivo.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor desta decisão, solicitando-lhe, ainda, informações pormenorizadas acerca do caso em questão.

Solicitem-se, ainda, informações ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator